60 anos de luta
Boletim
Sindipetro RJ Filiado à FNP
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

(21) 99607-9083
fb.com/sindipetrorj
www.sindipetro.org.br
contato@sindipetro.org.br
youtube.com/campanhapetroleo

TUDO PRONTO PARA O CONGRESSO 2019

PROGRAMAÇÃO - SÁBADO 13/04

(A) - 9h às 12h - Conjuntura, defesa da Petrobrás e estratégias para o movimento

(B) - 13h - ACT, Petros, AMS, SMS, demandas gerais e específicas da categoria

(C) - 15h - Balanço/Planos da Gestão

(D) - 16h - Resoluções e Eleição de Delegados ao Congresso da FNP

(E) - 17h - Confraternização

Uma das principais tarefas do congresso é combater o tal "Sistema de Consequências", mais um instrumento de assédio gerencial para justificar demissões, induzir a subnotificação e preparar a privatização. *Leia mais na página 3.*

As atividades, no sábado (13/04), começam às 9h. Confira as teses apresentadas nos Cadernos de Teses distribuídos para a categoria ou no hotsite (www.congresso2019.sindipetro.org.br). As teses foram debatidas em colegiados especiais abertos, por agrupamentos pré-definidos.

APOSENTADOS - Mais de 150 pessoas participaram da Plenária dos Aposentados e Pensionistas na sede do Sindipetro-RJ realizada no último dia 2 de abril (foto acima), evento preparatório ao Congresso do Sindipetro-RJ. Além de debates e palestras sobre Resolução 23 e 25; Defesa da Petrobrás, Reforma da Previdência e Informes do Departamento Jurídico e de Aposentados e Pensionistas do Sindicato, os presentes elegeram seus representantes ao Congresso.

ATO UNIFICADO EM DEFESA DA PETROS

O Fórum em Defesa dos Participantes da Petros realizará um grande ato contra o Plano de Equacionamento da Petros e as mudanças previstas pelo Plano Petros 3, que atacam os direitos de todos os petroleiros, dia 24 de abril às 11h, no Edise.

Participam do Fórum a FNP, FUP, Grupo em Defesa dos Participantes e Assistidos da Petros (GDPAPE), Sindimar, Associação de Empregados e Ex-empregados Assistidos da Petros (AEXAP) e Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET). Juntos vamos fazer um grande ato, mostrando nossa força e união na luta!

INVESTIGAÇÃO - O Tribunal de Contas da União (TCU) apura suspeita de fraudes em negócios feitos por uma empresa do ministro da Economia, Paulo Guedes, com fundos de pensão de estatais. O processo tem como base uma representação do Ministério Público Federal (MPF) que apura suspeitas de gestão fraudulenta ou temerária na captação e aplicação de R$ 1 bilhão de sete fundos de pensão a partir de 2009, entre os quais a Petros. Sobre isso leia a matéria completa em https://sindipetro.org.br/tcu-na-cola-de-guedes-por-suspeita-de-maracutaias-em-fundoes-de-pensao/

LIBEROU GERAL: PETROBRÁS DIZ QUE VAI MUDAR ESTRUTURA INTERNA PARA AGILIZAR VENDA DE ATIVOS

A Petrobrás informa que vai alterar mais uma vez sua estrutura interna. Com as mudanças que estão sendo projetadas, o Conselho de Administração e o presidente Roberto Castello Branco ganham mais relevância e terão mais "liberdade" para tocar o desmonte da empresa, pulverizando seus ativos. Com isso, os acionistas – União e minoritários – perderão o direito de opinar sobre privatizações.

O executivo passará a responder diretamente pelo programa de venda de ativos e vai acompanhar de perto as negociações. Quando concluídos, os contratos vão ser encaminhados ao conselho, que, sozinho, vai ter o poder de aprovar as vendas, inclusive do controle de subsidiárias e refinarias.

Com isso, Castello Branco, ao assumir o programa de desinvestimentos, vai desempenhar atividade que antes estavam sob o guarda-chuva da diretoria Financeira. Já o conselho de administração, ao ser definido como última instância de aprovação de um possível processo de venda do controle de empresas do grupo substituirá a assembleia de acionistas.

A advogada da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Raquel Sousa analisa a medida a ser adotada pela Petrobrás : "Para nós, claro, há um prejuízo, pois aqueles ricos materiais antes submetidos à Assembleia Geral não nos serão mais acessíveis. Eles (os gestores da empresa) não terão mais que divulgar aqueles memorandos de valoração, a exemplo da Suape, onde ficou clara a sabotagem daquele Complexo para desvalorizá-lo e entregar por preço vil. Aquilo era divulgado como subsídio ao voto dos acionistas, com base na Lei das S/A e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Com essa mudança, adeus. Ou seja, diminui drasticamente a transparência" – disse.

A Petrobrás, por meio de sua assessoria de imprensa, afirmou que "as propostas de alterações visam reforçar o caráter estratégico do Conselho de Administração e aumentar a eficiência do processo decisório". Sobre o poder que será dado ao conselho de dar a palavra final sobre privatizações, a empresa afirmou que esse modelo de gestão "se encontra em linha com a legislação aplicável à Petrobras e com a prática do mercado".

O ANDAMENTO DAS AÇÕES

Sobre as ações na Justiça que impedem a venda de ativos da Petrobrás Raquel explica: "as ações seguem seu curso, estando a maior parte delas na chamada fase de instrução, com a oitiva dos réus e testemunhas. No caso da TAG, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) liberou a continuidade da venda, apesar de não ter competência para julgar a matéria, que é constitucional. Caberia, portanto, ao Supremo Tribunal Federal (STF) analisar o recurso da Petrobrás, não o STJ. Além disso, acabou contrariando a decisão do Ministro Ricardo Lewandowski na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5624, que proíbe a desestatização de empresas como a TAG sem prévia autorização legislativa. Nesse caso, interpusemos recurso que ainda não foi julgado" – explicou.

TAG E FAFENS

Na quinta-feira (05/04), a Petrobrás confirmou que o grupo Engie, conjuntamente com o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), apresentou a melhor proposta no processo de venda de 90% da participação da estatal na Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG). A previsão é de que a operação seja concluída em maio. Segundo o presidente da petroleira, esta foi a maior operação de fusão e aquisição já realizada pela companhia.

Já em relação a licitação para arrendamento das Fábricas de Fertilizantes na Bahia e Sergipe, a Petrobrás informou que três empresas foram habilitadas para participar da licitação: Acron, Formitex e Proquigel. A Petrobrás esclareceu ainda que o processo licitatório para o arrendamento seguirá os ritos e atos da Lei das Estatais.

GOVERNO BOLSONARO OBRIGA PETROBRÁS A FAZER NEGÓCIO EM ISRAEL

Leia em nosso site: www.sindipetro.org.br/governo-bolsonaro-obriga-petrobras-a-fazer-negocios-em-israel/

Sindipetro RJ
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro
www.sindipetro.org.br
☎(21)3034-7300/7326

Comunicação: Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália Russo, Vinícius Camargo | ☎(21)3034-/7307/7337
Edição e Redação: André Lobão (MTb 28.307-RJ) e Regina Quintanilha (MTb 17.445-RJ
Secretaria: Ronaldo Martins | **Diagramação:** Adriana Gulias
Projeto Gráfico: Caio Amorim | **Impressão**: MEC | **Tiragem:** 10.000

PLR 2020 - NEM PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO HÁ MAIS NA PETROBRÁS

No dia 25/03/2019, a direção da Petrobrás, informou aos trabalhadores que não quer fechar um acordo sobre o novo modelo de PLR, tentando impossibilitar o potencial e justo pagamento no ano de 2020. Assim, no mesmo sentido, informa que desviará os recursos da PLR para um programa de remuneração variável fora da lei - o PRVE (ou coisa que o valha), aquele, em que a gerência, o corpo patronal que só diz sim e nada questiona, se apropriará de grandes parcelas dos lucros e resultados alheios, parcelas que caberiam aos demais trabalhadores. Para tanto, alega que o não fechamento de um acordo até 31/12/2018 impossibilitaria qualquer pagamento a título de PLR em 2020. O que não é verdade perante a legislação vigente.

Portanto, por ideologia, Castello Branco e seu Gerente Executivo de RH, Cláudio Costa decidem pelo pior planejamento tributário para o pagamento de uma vantagem remuneratória variável. A priori, decidem tanto não aproveitar a legislação da PLR que livra a empresa de encargos, quanto não poupar os trabalhadores de maiores impostos sobre esta parcela, pois a lei garante tributação exclusivamente na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos no ano, e com tabela específica e menos regressiva, gravosa contra os trabalhadores (para valores de PLR superiores a R$ 15.000,00 a alíquota chega aos 27,5% já no IR regular, a partir dos R$ 4.664,68, já se descontariam os 27,5% de alíquota). Leia na íntegra em: http://bit.ly/2I7YoCZ

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS
TABELA DE TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA NA FONTE

VALOR DA PLR ANUAL (EM R$)	ALÍQUOTA	PARCELA A DEDUZIR O IR (EM R$)
de 0,00 a 6.000,00	0%	-
de 6.000.01 a 9.000,00	7,5%	450,00
de 9.000.01 a 12.000,00	15%	1.125,00
de 12.000,01 a 15.000,00	22,5%	2.025,00
acima de 15.000,00	27,5%	2.775,00

PERFORMANCE - Hoje, terça-feira (09/04), a partir de 10h30, a Petrobrás realiza uma apresentação para a FNP e seus sindicatos filiados sobre Programa de Prêmio por Performance. Por conta disso, em nosso próximo boletim, faremos um relato detalhado sobre essa questão.

O CLIMA DE TERROR NO SISTEMA PETROBRÁS

Não bastasse o aumento de demissões por justa causa e a perspectiva de mais um PIDV, a Petrobrás aplica o tal "Sistema de Consequências", impondo um clima de terror baseado em suspensão e demissão sem justa causa. Ao emitir advertência, suspensão ou rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, sob a justificativa de erro ou dano que tenha trazido consequências para empresa, ou pelo não cumprimento de normas, a Petrobrás acaba mascarando as condições de trabalho de seus empregados nas áreas de produção e também no administrativo.

Fruto desse "Sistema", toda a categoria tomou conhecimento da recente demissão na Bacia de Campos.

Fica o alerta a todos os empregados para que atentem as suas condições de trabalho, e que façam uso do chamado Direito de Recusa. A legislação é favorável para trabalhadores que estejam expostos a situações de risco grave e iminente. Ou seja, ocasiões em que possam causar acidente ou doença relacionada ao trabalho com lesão grave à integridade física do profissional.

Caso seja exposto a situações de risco e haja necessidade do direito de recusa, o trabalhador deve comunicar o fato ao superior, esclarecer os motivos e registrar a situação por meio de fotos e um breve relatório.

A documentação é importante para evitar que o empregador aplique punições inadequadas. Por fim, o trabalhador deve ficar à disposição durante o turno de trabalho e deixar claro que voltará ao serviço quando a situação for regularizada.

O Sindipetro RJ, em reunião emergencial nesta segunda-feira à noite, definiu por desenvolver, junto com a FNP, pesquisas junto a seus associados, bem como cartilhas e orientações específicas nos próximos dias, além de um dia especial de treinamento em 25/04, bem como demais medidas jurídicas e políticas cabíveis. Ao primeiro sinal de assédio ou pressão para descumprir o padrão, entre em contato com seu sindicato!

QUASE TRAGÉDIA NO TEBIG

No último domingo (07/04), durante fortes chuvas, um raio atingiu um sump tank (tanques de resíduos do processo produtivo ligados diretamente às bacias e canaletas) no TEBIG, terminal da TRANSPETRO em Angra dos Reis/RJ.

Por sorte, devido ao volume alto do resíduo e à ocorrência de fortes chuvas, a chama auto extinguiu. Acontece que essa área que possui 10 tanques de petróleo do tipo Maracanã (cerca de 80mil m³ cada um) e mais três de resíduos de menor volume, além de vários sump tanks e canaletas que podem conter resíduos de petróleo, recentemente passou a ser assistida por um único técnico de operação, o que inviabiliza o combate a incêndios. Em áreas desse tipo é necessária a ação de pelo menos três brigadistas para o combate de um princípio de incêndio. Reduções de efetivos como esta podem contribuir para danos incalculáveis ao meio ambiente, às comunidades vizinhas, instalações da empresa e força de trabalho.

Vale lembrar que o TEBIG fica às margens de um dos principais rios da cidade de Angra dos Reis e muito próximo ao mar, na Baía da Ilha Grande.

CONTAMINAÇÃO DE ÁGUA NO EDICIN ATINGIU PELO MENOS 156 TRABALHADORES

Risco de acidentes dessa natureza aumenta com a terceirização

O Sindipetro-RJ acompanhou a apuração do acidente de contaminação da água no Edicin. Exatamente 156 trabalhadores tiveram CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) emitida pela empresa, por terem passado mal devido a um problema de interconexão indevida dos sistemas de água de reúso e potável do Edifício Cidade Nova. No entanto, sabemos que muito mais colegas tiveram os sintomas da doença, apesar de não registrarem formalmente.

Mesmo após a empresa afirmar que a situação estava sendo resolvida, na semana seguinte houve uma reincidência de análises reprovando o consumo em diversos purificadores e água de cor amarelada descendo por torneiras de instalações sanitárias, fato decorrente de manobras no sistema de abastecimento em horário de expediente. Tudo isso sem informação prévia para os que ali trabalham.

A publicação oficial sobre o agente patológico demorou a sair e ainda há uma sensação generalizada de desconfiança quanto ao risco de outros agentes não identificados ou não analisados constarem na água imprópria consumida. Em determinados momentos, houve escassez no abastecimento de água mineral, mesmo com purificadores ainda sendo reinterditados.

IMPACTO DA TERCEIRIZAÇÃO

O Sindipetro-RJ sempre defendeu que toda terceirização é prejudicial, porém, neste episódio, o problema ficou ainda mais evidenciado, diante da falta de conhecimento direto. Como toda a operação de abastecimento, manutenção e prevenção de água do edifício (atividade essencial) é realizada por uma empresa terceirizada, o pessoal próprio da Petrobrás não toma conhecimento em detalhes do que é feito, prejudicando futuras investigações e melhorias. Em casos como esse, além do desconhecimento dos detalhes e do histórico das operações e mudanças, não podemos sequer descartar a ocultação intencional de problemas identificados, uma vez que uma empresa de serviços terceirizados não possui o mesmo sentimento de pertencimento daqueles trabalhadores próprios.

FALTA DE COOPERAÇÃO

O Sindicato propôs que a Petrobrás arcasse com o oferecimento de exames parasitológicos, para detectar evidências de outros tipos de contaminação, mas a empresa desconsiderou o pedido, demonstrando falta de boa vontade e esforço para garantir a saúde dos trabalhadores, diante de um problema de sua responsabilidade. Caso algum sindicalizado não consiga apoio para fazer os exames pela empresa, pode procurar orientação no Departamento Médico do Sindicato (tel.: 3034-7347).